

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 37 - 20 de setembro 2019



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

PROPOSTA DO TST É DESMONTE DO ACT E PAVIMENTA A PRIVATIZAÇÃO

Resultado da mediação do Tribunal mostra que somente a greve nacional já pode manter o ACT e Petrobras estatal

Após mais de três semanas e diversas reuniões desde o pedido de mediação da direção da Petrobras no TST, a justiça do trabalho apresentou dia 19 de setembro mais uma proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho.

O Tribunal manteve a maior parte dos ataques do texto anterior de Castello Branco/Bolsonaro, entre eles destaque para:

- Reajuste sobre salários e benefícios de 2,29% (70% do INPC) contra um IPCA acumulado de 3,59%;
- Reajuste das tabelas AMS pelo VCMH em março de 2020;
- Criação de banco de horas de até 168 horas positivas e 84 negativas;
- Fim das inscrições no Programa Jovem Universitário em setembro/2019;
- Diminuição o valor pago na hora extra turno feriado de 100 para 50%;

- Diminuição do valor pago na passagem de turno de 100 para 75%;

- Fim do auxílio Amazonas para novos empregados ou para quem não já o recebe hoje;

- Fim da garantia do adiantamento do 13º salário em fevereiro;

- Transformação da gratificação de férias em abono, sem reflexo em Petros, INSS e FGTS;

- Implantação do turno de 12h sem aval dos trabalhadores por decisão unilateral da empresa;

- Fim do fundo garantidor para contratos de terceirização;

A categoria aguarda que a Petrobras indique se aceitará a proposta do TST e que, neste caso, apresente a minuta completa das cláusulas. O prazo do tribunal para resposta pelas partes é 27 deste mês.

A próxima semana será decisiva

para o nosso futuro. Na terça-feira (24) haverá reunião das direções da FNP e da FUP, para no dia seguinte (25) ambas federações sentarem à mesa em conjunto para discutir os rumos do movimento.

É necessária uma nova rodada de assembleias que rejeite mais esta proposta absurda, caso aceita pela empresa, e marque o início da greve nacional petroleira para derrotar os ataques aos direitos, a privatização da Petrobras e das demais estatais.

Precisamos unir forças com empregados de outras empresas públicas que estão sob a mira do governo, além da juventude que luta pela educação, da população que defende o meio ambiente, os povos tradicionais, setores oprimidos como negros/as, mulheres, LGBT+ e quem tiver disposição para salvar o país da destruição total.

JUSTIÇA É USADA PARA COAGIR TRABALHADORES/AS

Apesar de anunciar interesse para negociar, a Petrobras realizou mais um ataque aos trabalhadores: via judicial, iniciou processo contra dirigentes sindicais. A ação, que ocorre em meio à mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), exige um suposto reembolso financeiro por prejuízo causado por conta de qua-

tro Ações Populares com Pedido de Liminar pela suspensão da venda das refinarias da Petrobras, assim como da subsidiária BR Distribuidora.

A prática é conhecida como *lawfare* – uma guerra em que a lei é usada com outros fins que não a justiça. Nesse caso, uma forma de enfraquecer a categoria atingindo suas lide-

ranças. Assim, a Petrobras prossegue na sua tentativa de desgastar a negociação e instrumentalizar o TST a seu bel prazer. Os sindicatos não vão baixar a cabeça para as incessantes coações da direção da empresa. E os trabalhadores seguirão lutando pelos seus direitos históricos conquistados. Não à perseguição!

PETROLEIROS/AS CONTRA O AQUECIMENTO GLOBAL



Entre os dias 20 e 27 de setembro, ao redor do planeta inteiro, ocorrem ações de protesto na chamada Greve mundial pelo clima.

Com a divulgação de dados científicos sobre aquecimento global, as mudanças climáticas em curso não são brincadeira. Por isso, o movimento reivindica, dentre outras coisas, o fim da era dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e derivados) com uma consequente mudança da matriz energética mundial.

O meio ambiente ainda não é prioridade, sobretudo no Brasil. E isso vem trazendo impactos desastrosos. Bolsonaro não apresenta um plano sólido para a questão ambiental, tampouco para o setor de energia. O ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, chega ao cúmulo de duvidar da ação humana no aquecimento global. Na tevê, nos jornais ao redor do mundo, a floresta arde, rios secam – e comunidades inteiras ficam à deriva frente à destruição.

Em meio a isso, Bolsonaro segue seu plano de privatização das empresas nacionais de energia. Entrega nossos recursos naturais para empresas estrangeiras. Assim, coloca o país numa posição vulnerável, à mercê de outros países em uma questão tão estratégica ao desen-

volvimento nacional. Tem sido assim com o desmonte do Sistema Petrobras e também com a Eletrobras, num atentado contra a soberania nacional.

A transição energética poderia ser conduzida pela Petrobras estatal, utilizando o capital tecnológico acumulado. A empresa é reconhecida pelo seu compromisso socioambiental, conduzindo importantes iniciativas como o Projeto Tamar e Baleia Jubarte. Mas o patrimônio acumulado em décadas vem sendo saqueado nos últimos governos, tendo em Bolsonaro o maior representante do entreguismo que pretende invadir o país e assolar territórios.

Por isso que nós, petroleiros e petroleiras, não aceitamos os retrocessos em curso. Entramos no front contra a destruição da Petrobras e o desmonte do país. Para nós, a companhia deve ser líder na transição energética.

E mais: sendo uma empresa estatal, sempre a serviço das necessidades do povo. Exigimos a suspensão das privatizações! Os sindicatos e as federações nacionais de petroleiros (FNP e FUP) estão juntas às mobilizações globais pelo clima. No dia 20 de setembro, em defesa da Petrobras, da Amazônia e do futuro!

* Adaptado do Manifesto dos petroleiros a favor da greve mundial pelo clima

EDITORIAL

REFORMA MANIPULADA

Que a Reforma da Previdência era um atentado à previdência social, já sabíamos. Mas agora vem à tona indícios de falsificação ou, no mínimo, incompetência nos cálculos oficiais do Ministério da Economia sobre a reforma. Essa foi a conclusão de auditoria realizada pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), da Universidade de Campinas (Unicamp). Incompetência ou má fé – ambas são inaceitáveis em qualquer governo sério!

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o Cecon/Unicamp teve acesso às planilhas do governo federal, que revelam manipulação de dados desrespeitando a lei e, ainda, inflando o custo fiscal das aposentadorias de modo a justificar a reforma. E mais: exagerando na economia fiscal e impacto positivo sobre uma suposta redução da desigualdade com a Nova Previdência.

O governo alega calcular as Aposentadorias por Tempo de Contribuição (ATC), mas contabiliza, na verdade, a Aposentadoria por Idade Mínima (AI). Assim, inventa um déficit. Mas não para por aí: ao calcular as AI no lugar das ATC, o faz segundo um virtual pico do salário estimado para 2034, ao invés de usar a média dos salários, novamente inflando o custo das aposentadorias.

A manipulação de dados segue. Segundo a auditoria Cecin/Unicamp, no que se refere ao salário mínimo, o ministério troca a simulação da ATC pela AI, subestimando o valor atual para trabalhadores pobres já que hoje não é preciso esperar idade mínima. Assim, o governo federal diminui a projeção do subsídio para o trabalhador pobre porque simula contribuições de 20 anos e não na condição de 15 anos: diminui o subsídio e joga famílias na pobreza.

O estudo é mais um motivo, não apenas para criticar a criminosa reforma proposta, mas também para estarmos atentos a cada passo do governo Bolsonaro. As lambanças do presidente são incompatíveis com o cargo, mas também distraem para a passagem de seu trator, que retira direitos sem o menor debate com a sociedade, manipulando e mentindo para a população.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 "SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS"